

DETERMINANTES DE SECESSÕES BEM-SUCEDIDAS NA ÁFRICA PÓS-COLONIAL: O CASO DO SUDÃO DO SUL

Albano Agostinho Troco¹

Introdução

Em 9 de julho de 2011 um evento político excepcional teve lugar no continente africano: o nascimento de um novo Estado com o nome oficial de República do Sudão do Sul. O país se tornou o 54º Estado africano ao oficialmente se retirar da República do Sudão como resultado da gradual implementação do Acordo Geral de Paz (CPA²)³. A ascensão do Sudão do Sul ao status de Estado é um extraordinário desenvolvimento político na África pós-colonial, considerando o fato que – com a exceção da Eritreia em 1993 – nenhum outro movimento secessionista no continente teve sucesso, com o estabelecimento de novos Estados independentes.

A secessão do Sudão do Sul é ainda mais excepcional tendo em mente que as políticas da União Africana (UA) e sua antecessora, a Organização da União Africana (OUA), afirmam o caráter sacrossanto das fronteiras coloniais herdadas, e o fato de que a comunidade internacional prefere o *status quo* no tocante à emergência de novos Estados, tornando o reconhecimento de reivindicações secessionistas fora do contexto colonial um assunto extremamente delicado (McNamee 2012, 3).

Esse evento deu início a um intenso debate na literatura a respeito dos fatores que melhor explicam a partição do Sudão. Uma parte da academia sugere que fatores externos desempenham um papel fundamental

¹ Departamento de Estudos Políticos, Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, África do Sul. E-mail: albanotroco@gmail.com.

² Sigla do inglês, *Comprehensive Peace Agreement*.

³ O CPA foi um acordo assinado entre o Governo do Sudão e o Movimento/Exército Popular de Libertação do Sul (SPLA/M) em 2005, estabelecendo provisões para o exercício do direito de autodeterminação por meio de referendo nas províncias meridionais do Sudão.

na secessão do Sudão do Sul (Mamdani 2011; Medani 2012; Sterio 2013)⁴; enquanto outra defende que fatores domésticos são conclusivos na divisão do país (Huliaras 2012; Salman 2013; Christopher 2011)⁵.

Este estudo adota uma visão alternativa, propondo que tanto fatores externos quanto domésticos desempenharam um papel decisivo no sucesso da secessão do Sudão do Sul. O artigo se baseia na análise qualitativa de fontes secundárias de dados e é estruturado da seguinte forma: a primeira seção apresenta uma perspectiva teórica sobre a secessão; a segunda seção examina as causas dos conflitos secessionistas na África pós-colonial; a terceira seção analisa o processo de secessão do Sudão do Sul; a seção quatro apresenta os fatores que explicam o sucesso da secessão do Sudão do Sul.

Perspectivas teóricas sobre a secessão

Há pouco consenso entre os acadêmicos a respeito da definição de secessão⁶. Apesar disso, as diferentes definições de secessão compartilham o

4 Por exemplo, Mamdani (2011) afirma que “no caso do Sudão do Sul, o fator externo é o mais decisivo. Esse fator externo foi o 11/9 e, na sequência, a invasão norte-americana ao Afeganistão e Iraque”. Essa visão foi complementada por Medani (2012, 290) que argumenta que “o acordo apoiado pelo Estados Unidos, essencialmente entre duas facções de elite do Norte e do Sul do Sudão, desempenhou um papel crucial na prevenção da reorganização de um Estado sudanês unificado”. Isso vai ao encontro do apresentado por Milena Sterio (2013, 161), que defende que, “os grandes potências foram instrumentais em garantir que o Sudão do Sul permanecesse como parte do Sudão, e, então, ao longo da última década, os grandes potências desempenharam um papel dominante em abrir o caminho para a independência do Sudão do Sul”.

5 Em particular, Huliaras (2012, 21) argumenta que “enquanto tanto fatores domésticos quanto externos explicam o inesperado resultado, fatores domésticos foram muito mais importantes do que os externos”. Da mesma forma, Salman (2013, 345) defende que “a secessão do Sudão do Sul resultou da falha dos líderes políticos do norte do Sudão de lidar seriamente com as diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais do Sudão do Sul”. A falha do governo central de tornar a “unidade do Sudão” atrativa para as pessoas do Sudão meridional no período provisório do CPA contribuiu para o voto massivo pela secessão do referendo de autodeterminação (Christopher 2011, 128).

6 Por exemplo, Anderson (2013, 344) inclui todos os casos de formação estatal resultantes do processo de descolonização. De acordo com essa visão, a vasta maioria das antigas colônias da África e Ásia seriam considerados casos de secessão. Crawford (1979, 247) estabelece os limites da secessão ao uso ou ameaça de uso de força pelos secessionistas, e oposição do Estado original. Sua definição reduz a secessão a alguns poucos casos, como Bangladesh. Para Bartkus (1999, 3), Kohen (2006, 1), e Pavikovic e Radan (2007, 1), secessão inclui apenas Estados constituídos fora do contexto colonial, com Bartkus destacando o papel do reconhecimento por outros Estados como um critério essencial para o status de Estado.

entendimento de que o conceito é próximo da ideia de se afastar ou se retirar (Anderson 2013, 345). Essa noção emana da etimologia da palavra, do verbo latino *secede*, que significa “se afastar” (Pavikovic e Radan 2007, 5). A partir dessa perspectiva, a secessão é comumente entendida como “a criação de uma nova entidade estatal independente através da separação de parte do território e população de um Estado existente” (Kohen 2006, 1).

Mais do que o acaso está envolvido no estudo analítico da secessão. Uma série de padrões pode com frequência ser discernida na análise de casos individuais. Nesse contexto, várias teorias foram construídas para explicar quando e porque secessões ou tentativas de secessão ocorrem. Essas teorias refletem o caráter multidisciplinar e interdisciplinar do assunto. Teorias da secessão foram categorizados em três grupos distintos: explanatórias, normativas e legais (Pavikovic e Radan 2011, 171). As teorias explanatórias da secessão exploram os aspectos sociais, políticos e econômicos que levam (ou causam) à secessão. As teorias normativas da secessão especulam a respeito das justificativas morais e éticas do fenômeno, enquanto as teorias legais ponderam o direito dos povos à autodeterminação contra a preservação com a integridade territorial dos Estados, com base em uma variedade de documentos legais como as Constituições nacionais e Resoluções das Nações Unidas.

Este artigo favorece teorias explanatórias da secessão, pois elas abordam fatores estruturais relevantes, como o contexto social, político e econômico no qual secessões ou tentativas de secessão ocorrem. O modelo de análise comparativa de Wood (1980) sobre a secessão é representativo desse grupo de teorias, que entendem o fenômeno como um processo dinâmico, ocorrendo em etapas sucessivas.

O modelo analítico inicia com a compreensão de que secessões não ocorrem em um vácuo. Demografia, geografia e história desempenham um papel decisivo em projetos separatistas, já que o desejo para criar uma nova, independente entidade política soberana pressupõe a existência de um grupo populacional unido por identidades primordiais ou outros elementos de agregação, habitando um território específico, e vivenciando um sentimento de marginalização e frustração em relação ao Estado existente. Divergências não resolvidas levam à adoção de ideologias nacionalistas e a formação de organizações secessionistas, buscando defender os interesses do grupo. A falha do governo central em suprimir os separatistas através de meios coercitivos, incluindo assimilação; ou acomodação através de reformas constitucionais e políticas com frequência levam à ocorrência de guerras abertas, em que as vantagens estratégicas e táticas dos beligerantes e o envolvimento externo são dois dos fatores que podem afetar decisivamente o resultado.

Finalmente, um processo de secessão só está completo e bem-sucedido quando os separatistas controlam um território e seu movimento se torna “institucionalizado em um novo governo, legítimo domesticamente e reconhecido externamente” (Wood 1980, 133). O reconhecimento por parte de outros Estados é importante nesse processo, já que uma entidade somente é tratada como Estado se o resto do mundo a reconhece como tal (Sterio 2009, 8). Nas palavras de Dugard e Raic (2006, 94), “o reconhecimento oferece o *imprimatur* da condição de Estado para entidades secessionistas”.

As causas fundamentais da secessão na África

Conflitos secessionistas têm sido observados na África desde o início das independências nos anos 1960, com diversos países enfrentando rebeliões envolvendo grupos etno-linguísticos ou comunidades marginalizadas demandando separação territorial de Estados existentes com o objetivo de estabelecer nações independentes. Essa lista inclui países como Angola (Cabinda), Comores (Anjouan e Mohedi), República Democrática do Congo (Katanga), Etiópia (Eritreia, Ogaden, e Oromia, Afar), Mali (Tuaregues), Nigéria (Biafra, Delta do Níger), Senegal (Casamance), Somália (Somalilândia) e Sudão (Sudão do Sul). A vasta maioria desses conflitos estão fundamentados na especificidade das fronteiras interestatais e problemas de governança.

Em geral, as fronteiras africanas foram demarcadas na Conferência de Berlim em 1884, e se mantêm virtualmente imutáveis desde então. Essas linhas são consideradas “artificiais e arbitrárias, com base em não corresponderem no que se acredita serem fronteiras demográficas, etnográficas e topográficas racionais” (Herbst 1989, 693), e pela sua “propensão a agrupar povos que historicamente viveram sob sistemas diferentes, quando não *hostis*” (Engelbert et al. 2001, 1093). Entretanto, os pais da independência africana decidiram manter as fronteiras herdadas do colonialismo, as transformando em fronteiras internacionais entre os emergentes Estados pós-independência (Hughes 2004, 834). O respeito pela integridade territorial das fronteiras herdadas da era colonial se tornou a posição oficial da OUA e sua sucessora, a UA. Essas fronteiras com frequência foram contestadas por diferentes grupos nos Estados pós-coloniais.

Problemas de governança também estiveram no centro de conflitos secessionistas na África. De fato, as dinâmicas de marginalização levaram grupos a desafiar o Estado (Ylonen 2013, 131). A respeito disso, Ndulo (2013) nota, “a falha da governança leva grupos minoritários a acreditar que eles

não estão incluídos na administração dos assuntos do Estado”. A frustração com o Estado com frequência leva à mobilização de acordo com identidades étnicas ou geográficas com a crença de que os direitos do grupo serão adequadamente protegidos em um território autogovernado. Similarmente, Bamfo (2012, 37) indica que as diferenças ideológicas e políticas entre uma região ou um grupo étnico e o governo central podem levar à emergência do sentimento separatista, que pode ou não se tornar uma guerra secessionista.

O processo de secessão do Sudão do Sul

A República do Sudão do Sul é um país sem saída para o mar situado na África Centro-Oriental, limítrofe a seis Estados soberanos: Etiópia ao leste, Quênia e Uganda ao sul, República Democrática do Congo ao sudoeste, República Central Africana ao oeste, e Sudão ao norte.

O Sudão do Sul possui uma população estimada em cerca de 11,5 milhões de habitantes, distribuídos em três grupos etno-linguísticos principais: nilóticos, nilo-camíticos e sudânicos (World Factbook 2014). Grupos nilóticos (compreendendo os Dinka, os Nuer e os Shilluk) constituem a maioria, com os Dinka sendo os mais numerosos, prósperos e politicamente influentes (Heraclides 1987, 216). O ambiente em que o povo do Sudão do Sul habita moldou seus padrões de vida com a maior parte dos grupos atuando como agricultores, agropecuaristas e pescadores sazonais sedentários. Em termos de religião, muitos Sul-sudaneses aderem a religiões locais, ao cristianismo e ao islamismo (Salman 2013, 346).

A história documentada do Sudão do Sul está intrinsecamente conectada à emergência do Sudão moderno, há quase dois séculos. Essa história se inicia com a expansão ao sul do regime setentrional Turco-Egípcio de Mohamed Ali Pasha em 1821, buscando marfim, escravos e a fonte da Bacia do Nilo (Salman 2013, 347). O regime Turco-Egípcio foi sucedido pelo regime Madista (1881-1898), que deu continuidade às práticas exploratórias de seus antecessores – como apresamento e comércio de escravos – contra as comunidades do Sul (Salman 2013, 347). Em 1899 forças Britânicas e Egípcias derrotaram o regime Madista, impondo sua autoridade sobre o Sudão, que se tornou uma colônia anglo-egípcia até 1947⁷.

Durante o domínio anglo-egípcio, as regiões Norte e Sul do Sudão eram administradas como duas entidades separadas por meio da Política do

7 Entre 1899 e 1947 o Sudão foi oficialmente uma possessão egípcia administrada por funcionários britânicos em nome do Rei do Egito.

Sul. Essa provisão permitia o estabelecimento de diferentes regras administrativas, legais, religiosas e educacionais nas duas partes do país; fechamento das fronteiras e restrição do movimento entre as regiões por via de Decreto de Passaportes e Autorizações (Ali et al. 2005, 167). Nas palavras do Secretário Civil Britânico (citado em Johnson 2004, 11), “a administração do Sudão do Sul deveria ser elaborada em linhas ‘Africanas’, ao invés de ‘Árabes’, e o futuro do Sudão Meridional pode em última instância estar com os países da África Oriental Britânica, ao invés de com o Oriente Médio”.

O estabelecimento da ordem colonial anglo-egípcia no Sudão exacerbou um hiato regional entre suas regiões Norte e Sul. Havia pouco investimento educacional no Sul e nenhuma iniciativa econômica foi tentada na região. O Sul era socialmente, economicamente e politicamente carente em relação ao Norte durante o período colonial (Wassara 2015, 64). Entretanto, a Política do Sul foi revertida em 1947 depois de o Ministério de Negócios Estrangeiros britânico ter decidido conceder independência às regiões Norte e Sul do Sudão como um país unificado. Essa tarefa foi concluída em 1º de janeiro de 1956.

Apesar das suas raízes pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais, as mais recentes manifestações de desavenças separatistas Sulistas resultam das políticas que levaram à independência do país, incluindo receios do Sul de dominação e colonização interna por parte do Norte no Sudão pós-colonial. As tensões entre os grupos regionais foram agravadas pela recusa do Norte de uma constituição federal bi-estatal, por políticas de “arabização” e “islamicização”, e pela sub-representação do Sul em estruturas governamentais, como resultado da “Política de sudanização” (Rogier 2005, 10).

Por exemplo, no início de 1952, representantes do Norte, que possuíam a maioria na Assembleia Legislativa, recusaram provisões no projeto de constituição do Sudão relacionadas a demandas por certas salvaguardas para o Sul. Entre elas estavam um Estado secular bi-federal e o apontamento de um ministro para assuntos sulistas, responsável pelo empoderamento social e econômicos do Sul (Oromo 2015, 70). Mais tarde naquele ano, os sulistas foram excluídos de discussões constitucionais cruciais a respeito do futuro do país, por não estarem organizados em partidos políticos. As conversas foram realizadas em Cairo e envolveram partidos políticos do Norte e as duas potências coloniais: Reino Unido e Egito (Wassara 2015, 64).

Além disso, o processo de “sudanização” (a substituição de funcionários do serviço civil estrangeiros por sudaneses) confirmou os receios do Sul de dominação pelo Norte, já que apenas seis dos oitocentos altos cargos na administração foram conferidos a sulistas (Heraclides 1987, 217). Os sulistas

também se queixaram de ser sub-representados no primeiro governo eleito: o gabinete incluía apenas três sudaneses do Sul, em postos inferiores do Estado, ao invés de plenos ministros; e apenas três dos quarenta e seis membros da Assembleia Constitucional foram sulistas (Salman 2013, 351).

Questões relacionadas à natureza do Estado pós-independência também contribuíram para alimentar as tensões entre os dois grupos etno-regionais. Ao Sudão foi conferida independência sob uma constituição temporária. A missão de definir o caráter do Estado pós-colonial foi deixada ao primeiro governo eleito. Dever-se-ia optar por um estado federal ou unitário, e entre uma constituição secular ou islâmica. Os sulistas preferiam o federalismo como uma forma de escapar à dominação do Norte, enquanto estes argumentavam que o federalismo era o primeiro passo rumo ao separatismo. Ao fim, o Sudão não se constituiu em um Estado federal secular, pois as ideias do Norte de um Estado unitário islâmico prevaleceram (Johnson 2004, 30).

Além disso, a elite política do Norte tinha a visão de que o Sul era culturalmente vazio e deveria ser preenchido com a cultura árabe-islâmica (Heraclides 1987, 218). Consequentemente, o governo militar do general Abbud promoveu uma política agressiva de islamização e arabização no Sul, com foco na educação: escolas missionárias foram colocadas sob controle do governo; o idioma arábico foi tornado o meio oficial de instrução; conversões ao islã foram encorajadas; e as atividades de missionários foram intensamente restritas, até serem finalmente expulsos em 1964 (Johnson 2004, 30).

Essa sequência de eventos e medidas incentivaram a elite política do Sudão do Sul a se engajar em oposição política e militar organizada contra o governo em Cartum. O processo se iniciou de fato em 1962, com a fundação da União Nacional Africana Sudanesa (SANU⁸). Nos anos subsequentes, diversas organizações separatistas emergiram, sendo instrumentais na condução da luta sulista por independência, incluindo o Movimento de Libertação Sul-Sudanês (SSLM⁹) estabelecido em 1971, e o Movimento/Exército Popular de Libertação do Sul (SPLA/M¹⁰) em 1983. Essas organizações se opuseram militarmente a sucessivos governos em Cartum, em um conflito que durou quase cinco décadas e foi travado em duas fases: entre 1955 e 1972; e entre 1983 e 2002.

A primeira fase da guerra se iniciou em 18 de agosto de 1955, após oficiais sulistas do Corpo Equatorial, estacionado em Torit, se amotinarem

8 Sigla do inglês, *Sudan African National Union*.

9 Sigla do inglês, *Southern Sudan Liberation Movement*.

10 Sigla do inglês, *Sudan People's Liberation Army/Movement*.

por temor de serem desarmados e transferidos para o Norte. Insurreições similares no exército, polícia e serviços penitenciários eclodiram em todo Sul (Johnson 2011, 208). O Exército Sudanês suprimiu esses levantes, levando os sulistas sobreviventes a refugiarem-se em Uganda, onde eles estabeleceram campos militares e centros operacionais.

Tentativas de resolver o problema do Sul foram realizadas na Conferência Mesa Redonda em 1965. As partes beligerantes não alcançaram um consenso, resultando no escalonamento da guerra. Entre 1967 em 1972 a primeira guerra civil do Sudão internacionalizou-se como uma extensão dos conflitos do Oriente Médio e as políticas da Guerra Fria: o governo militar do general Jaafar Nimeiri se alinhou ao bloco árabe e aos Estados socialistas, recebendo substantivo auxílio militar do Egito, Líbia e União Soviética (Johnson 2011, 212); enquanto Israel desenvolveu uma rede de apoio financeiro e de treinamento para as guerrilhas sulistas e o SSLM em Uganda e na Etiópia (Rogier 2005, 11).

Esses eventos tiveram impactos significativos no desenvolvimento da guerra no Sul, já que a posição reforçada das forças guerrilheiras sulistas exigiu uma solução diplomática para o conflito. Nesse contexto, o governo sudanês e o SSLM negociaram um acordo de paz que foi assinado pelo presidente Nimeiri e Joseph Lagu em Adis Abeba em fevereiro de 1972. O acordo de Adis Abeba não apenas trouxe paz ao Sudão, mas também “garantiu status regional de autogoverno ao Sudão do Sul na República do Sudão” (Dersso 2013, 7). Entretanto, a autonomia regional do Sul acabou em 1983, depois de o regime de Nimeiri tomar uma série de decisões que equivalem à revogação unilateral do Acordo de Adis Abeba, incluindo a abolição da região sulista, declaração do árabe como língua oficial no Sul, e imposição da lei da Sharia em todo território nacional (Rogier 2005, 16-17).

A segunda fase da guerra civil do Sudão se iniciou em 1983 com um motim de soldados sulistas no exército sudanês. A rebelião foi motivada pela “promoção por parte do Norte da lei islâmica, falhas na implementação do Acordo de Adis Abeba e a contínua marginalização do Sul” (Schafer 2007, 4). Esses motins constituíram o núcleo do SPLA, que recebeu auxílio externo do regime Dergue na Etiópia.

Em 1989, o SPLA conseguiu capturar todas as principais cidades do Sul, forçando negociações de paz com o governo de Sadiq al-Mahdi e exigindo o estabelecimento de um Estado secular. A Frente Islâmica Nacional do general Omar al-Bashir reagiu promovendo um golpe de Estado que removeu o governo de Sadiq al-Mahdi, suspendendo as negociações de paz. Em 1991 a guerra internacionalizou-se quando países vizinhos começaram

a se alinhar com as partes do conflito (Schafer 2007, 4). Por exemplo, com a intensificação das guerras civis na Etiópia, Cartum apoiou as forças revolucionárias (a Frente de Libertação do Povo Eritreu, a Frente de Libertação do Povo Tigré e a Frente de Libertação Oromo), enquanto a SPLA proveu apoio armado ao regime de Mengistu (Johnson 2011, 219).

A guerra prosseguiu intermitentemente até que foi encerrada por meios diplomáticos em 2002. As negociações se iniciaram com a assinatura do Protocolo Machakos em 20 de julho de 2002. O documento estabeleceu as bases do Acordo Geral de Paz (CPA), que foi assinado em 2005. O CPA comprometeu o SPLA e o governo em Cartum a trabalhar pela unidade do país “conferindo ao Sul a opção por um referendo de independência após um período provisório” (Johnson 2011, 221). Como resultado, em janeiro de 2011 o povo do Sul do Sul votou pela independência em relação ao Sudão, e em 9 de julho de 2011 o Sudão do Sul emergiu oficialmente como 54º Estado africano.

Explicando os determinantes da secessão bem-sucedida do Sudão do Sul

Deve ser reiterado que o Sudão do Sul obteve seu status de Estado em um modelo normativo internacional hostil em relação à emergência de novos Estados¹¹. A independência da Eritreia em 1993 ocorreu em meio a uma série de partições de Estados, desencadeada pelo colapso da União Soviética. A OUA/UA em particular manteve sua visão de secessão como a antítese do Estado africano. Assim, o feito eritreu foi considerado uma exceção à regra. Por exemplo, a reivindicação de status de Estado da Somalilândia permanece não resolvida, enquanto a saída de Anjouan e Mohéli de Comoreos em 1997 foi revertida após a imposição de pesadas sanções pela OUA. Além disso, o conflito Norte-Sul não terminou com uma vitória militar; ao invés disso ele foi resolvido diplomaticamente por meio do CPA.

Nesse contexto, é razoável explorar os determinantes da bem-sucedida ascensão do Sudão do Sul ao status de Estado. Essa sessão argumenta que

¹¹ Estados tendem a emergir em ondas, criando um contexto internacional favorável à admissão na comunidade global de nações. Por exemplo, diversas nações obtiveram o status de Estado através do processo de descolonização, quando impérios perderam suas possessões coloniais entre o fim da Segunda Guerra Mundial e meados dos anos 1970. Além disso, o colapso da Federação Iugoslava e da União Soviética no início dos anos 1990 criou mais de 20 novos países.

a partição do Sudão foi resultado de uma combinação de fatores domésticos e externos incluindo: as relações históricas antagônicas entre as regiões Norte e Sul do Sudão; a busca internacional por paz e estabilidade no Sudão; os impactos do 11 de setembro e da guerra ao terror no processo de paz sudanês; e as falhas na elaboração e implementação do AAP.

Relações históricas antagônicas entre as regiões Norte e Sul do Sudão

O primeiro fator determinante para a partição do Sudão é a historicamente inamistosa natureza das relações Norte-Sul. Antes da secessão sulista, o país era descrito como um “microcosmo” com uma divisão fundamental entre o Norte e o Sul (Heraclides 1987, 219). Foi relatado que “o Norte é, com algumas importantes exceções, arábico na fala, e seu povo é universalmente muçulmano” (Holt e Daly 1988, 3); enquanto o Sul é constituído por diversas comunidades, fenotipicamente associadas à África tropical e seguidoras de religiões locais, assim como do cristianismo (Dersso 2012, 6).

Por séculos, o Norte, centrado em Cartum, procurou expandir seu domínio à periferia do Sudão. Entretanto, os primeiros contatos entre as pessoas do Norte e os habitantes do Sul foram marcados por extrema hostilidade e brutalidade. Durante a Turkiyya (1820-1881) e a Mahdiyya (1881-1898), o Norte via o Sul como uma fonte de escravos, marfim, ouro e outros recursos naturais a ser pilhados em seu benefício (Johnson 2004, 7-9). Apesar de o governo colonial anglo-egípcio (1899-1956) ter interrompido o assalto ao povo do Sul, ele reforçou o hiato entre as duas regiões através da implantação de políticas administrativas e de desenvolvimento diferenciadas.

O legado da conquista pré-colonial, apresamento de escravos e pilhagem de recursos, assim como do desenvolvimento desigual durante o período colonial, influenciou as demandas do Sul do Sudão por salvaguardas especiais em um Sudão pós-colonial unido. Entretanto, no Sudão independente, o Norte consistentemente se recusou a levar a sério as demandas sulistas, por via do que Salman (2013, 345) denominou “uma série de promessas quebradas e oportunidades perdidas para solucionar o problema do Sudão do Sul”. Nesse sentido, não seria um erro descrever o Sul como uma colônia interna entre 1956 e 1972 (Heraclides 1987, 217). A atitude do Norte em relação ao Sul comprova essa visão: sub-representação e exclusão das negociações que levaram à independência do país; participação desigual nos assuntos de Estado; rejeição das reivindicações por uma constituição federal; e assimilação forçada através de políticas de islamização e arabização.

Cartum reconheceu o direito dos povos do Sudão do Sul de desenvolver suas culturas em um Sudão unificado nos Acordos de Adis Abeba em 1972. Ao Sul do Sudão foi conferido um status de autogoverno regional sob a Constituição do Sudão de 1973 (Dersso 2012, 7). Entretanto, a revogação unilateral do acordo de paz por Nimeiri, a declaração de um Estado islâmico, instituição do árabe como língua oficial no Sul, e a imposição da lei das Sharia em todo território nacional somou-se à longa lista de promessas quebradas ao Sul. A tomada do governo pela Frente Nacional Islâmica (NIF¹²) do general Omar al-Bashir e Hassan al-Turabi em 1989 alienaram o Sul ainda mais. O regime considerava o conflito Norte-Sul, que durou até 2002, uma *Jihad*, uma guerra santa contra os “pagãos” do Sul (Rogier 2005, 21).

Essa longa história de violações dos processos democráticos, opressão socioeconômica, política e cultural, e marginalização, deixou claro para os mediadores locais, regionais e internacionais que a solução para o conflito Norte-Sul no Sudão era a aceitação das reivindicações de autodeterminação sulistas (Dersso 2012, 7).

Busca internacional por paz e estabilidade no Sudão

O sucesso da separação entre o Sudão do Sul e o Sudão foi também facilitado pelos esforços de numerosos atores externos em prol de uma solução diplomática para o conflito. Entre 1992 e 2001, países e organizações africanas (motivados por diversos interesses) lançaram numerosas iniciativas de paz: Nigéria (1992-1993), IGAD (1994-1997), e Egito e Líbia (1999-2001). Esse “engarramento de iniciativas de paz regionais” não apenas forneceu as fundações para o acordo final em 2005, mas também complicou a solução do longo conflito africano (Rogier 2005, 36).

Dois grandes eventos em 1991, a queda do regime de Mengistu na Etiópia – o maior apoiador externo do SPLA no momento – e a divisão do movimento entre as forças leais a John Garang e as leais a Riek Machar e Lam Akol, fragilizaram a posição militar do SPLA. Essa situação foi vista como uma oportunidade para encerrar o conflito na mesa de negociação, levando o presidente nigeriano Ibrahim Babangida a lançar a rodada de negociações de Abuja no início de 1992. Durante as negociações os sulistas reivindicaram o exercício da autodeterminação em um Sudão unificado, enquanto a NIF insistia na manutenção do Sudão como um Estado muçulmano. A iniciativa de paz de Abuja falhou como resultado das posições irreconciliáveis dos beligerantes (Johnson 2004, 174).

¹² Sigla do inglês, *National Islamic Front*.

Em 1994, os parceiros do Sudão na Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD¹³) lançaram uma iniciativa de paz regional para o país. Estados-membros da IGAD (Eritreia, Etiópia, Quênia, Uganda, Djibuti e Somália) estavam preocupados com os efeitos negativos da guerra nos países vizinhos. Esses incluíam o fluxo de refugiados e a consequente precarização da situação humanitária, perda de oportunidades econômicas, e a desestabilização política da região por parte do Sudão, devido a Cartum patrocinar grupos rebeldes através das fronteiras (Schafer 2007, 8). Em 1995, a IGAD introduziu uma Declaração de Princípios (DOP), propondo uma solução diplomática para o conflito, a unidade do país, pluralismo religioso e o direito de autodeterminação para o Sul por via de um referendo (Johnson 2004, 174). Infelizmente, o processo de paz da IGAD colapsou quando ao NIF abandonou as negociações em favor de soluções alternativas, que incluíam um processo de “paz a partir de dentro” com as pequenas facções dissidentes do SPLA. O processo de paz da IGAD continuou em 1997 depois de Cartum aceitar a DOP como base para discussões futuras (Schafer 2007, 5).

Similarmente, a Líbia e o Egito lançaram uma iniciativa de paz em 1999. Essa nova iniciativa ajudou a parar o processo de paz da IGAD. A iniciativa líbio-egípcia, que representava um ponto de vista árabe para o conflito, pretendia contrabalançar uma “percebida” dominação africana do processo de paz e a exclusão de um grande interessado árabe, o Egito¹⁴. Em 2001, a iniciativa havia chegado a uma proposta que “excluía toda referência à autodeterminação e ao secularismo, mas destacava a necessidade de preservar a unidade do Sudão e previa *inter alia* ‘reconhecer a diversidade do Sudão’, ‘estabelecer um governo descentralizado’, e ‘formar um governo provisório’” (Rogier 2005, 42).

Em 2001, o processo de paz da IGAD foi revivido como resultado dos eventos políticos nos Estados Unidos: George W. Bush foi empossado presidente no início do ano, John Danforth foi apontado enviado especial ao Sudão em 6 de setembro, e, alguns dias depois, o mundo testemunhou os ataques terroristas de 11 de Setembro. As suas consequências “impactaram dramaticamente na relação bilateral entre os governos norte-americano e sudanês, assim criando um ambiente em que uma nova paz internacional veio à luz” (Rogier 2005, 45). Nesse sentido, os Estados Unidos, o Reino Unido, a Itália, a Holanda e a Noruega pressionaram por renovadas negociações, resultando na assinatura do protocolo Machakos em 2002. O protocolo

13 Sigla do inglês, *Intergovernmental Authority for Peace*.

14 Os interesses do Egito no Sudão incluíam o acesso às águas do Nilo e a contenção do fundamentalismo islâmico seguido pela NIF.

foi mediado por Quênia, sob os auspícios da IGAD, e constituiu as fundações para as negociações futuras, culminando na assinatura do Acordo Geral de Paz (CPA).

O CPA foi assinado entre o governo central do Sudão e o SPLA em Nairóbi em 9 de janeiro de 2005. De acordo com Dersso (2012, 7), “a assinatura do Amplo Acordo de Paz em 2005, que criou uma base democrática para uma paz sustentável, foi um evento importante para o Sudão e de fato para a África, e levou à conclusão uma das mais longas guerras civis africanas”. A provisão central do CPA era o direito dos sulistas de conduzirem um referendo sobre sua autodeterminação após um período provisório de seis anos, em que o Norte e o Sul trabalhariam para tornar a unidade atrativa. Foi de acordo com essa cláusula que um referendo foi realizado entre 9 e 15 de janeiro de 2011. A maioria dos sulistas (aproximadamente 98%) votou pela independência, e, após seis meses, a República do Sudão do Sul emergiu como o 54º Estado africano.

Os efeitos da Guerra ao Terror liderada pelos EUA sobre o processo de paz sudanês

A guerra ao terror liderada pelos Estados Unidos foi instrumental na partição do Sudão. Em particular, o clima pós-11 de setembro, que intensificou as crescentes preocupações securitárias norte-americanas em relação ao Sudão. Os ataques terroristas impactaram dramaticamente na relação bilateral entre Washington e Cartum, criando assim o ambiente em que o CPA foi assinado (Rogier 2005, 52). O raciocínio por trás dessa estratégia foi a percepção de Washington de que “a segurança dos próprios Estados Unidos está ligada ao resultado de conflitos como aquele do Sudão” (Young 2005, 104).

De uma perspectiva pós-Guerra Fria, os interesses securitários norte-americanos no Sudão se iniciaram com a ascensão ao poder do NIF em 1989. Os Estados Unidos expressaram grande preocupação com a adoção por parte do Sudão de uma política externa agressiva e islamista (Young 2005, 104), e seu comprometimento de “espalhar o renascimento islâmico pelos mundos árabes e africanos” (Medani 2012, 284). As relações de Washington com Cartum se tornaram abertamente antagônicas entre 1991 e 1993 como resultado de um número de ações e políticas perseguidas pelo governo sudanês, como: prover refúgio a terroristas, apoiar o Iraque durante a Guerra do Golfo, ampliar as relações com a República Islâmica do Irã, etc. (Rogier 2005, 46).

Em resposta, os Estados Unidos incluíram o Sudão em sua lista de Estados que apoiavam atos de terrorismo internacional em 1993 (Medani

2012, 284). Além disso, em novembro de 1996 os Estados Unidos ofereceram USD 20 milhões em material militar para os Estados próximos para proteção contra a agressão islâmica sudanesa. Um ano depois, os Estados Unidos impuseram sanções unilaterais contra o Sudão. Em agosto de 1998, os norte-americanos lançaram ataques de mísseis de cruzeiro contra plantas farmacêuticas em Cartum (Young 2005, 104). O Sudão permaneceu um Estado pária ao longo do mandato de Clinton, entre 1993 e 2000.

Os EUA retomaram o engajamento diplomático com Cartum sob o presidente George W. Bush. O contínuo interesse do governo Bush pelo Sudão foi influenciado pela pressão pública interna, a exploração de petróleo e o terrorismo (Rogier 2005, 51). Esses três parâmetros motivaram o envolvimento norte-americano no processo de paz. No início de 2000, os Estados Unidos iniciaram um diálogo com o Sudão a respeito de questões securitárias, posteriormente estabelecendo um escritório contraterrorismo em Cartum. Em maio de 2001, foi apontado um Coordenador Humanitário Especial para o Sudão, e, em 6 de setembro, o senador John Danforth foi apontado como enviado especial para o Sudão, com o mandato de mediar um acordo de paz.

Os eventos do 11 de Setembro fortaleceram as atividades norte-americanas em relação ao Sudão. Uma política externa mais proativa foi adotada para o antigo “Estado terrorista”, estrategicamente localizado nas intersecções entre o Oriente Médio e a África Oriental. Os Estados Unidos tomaram um papel de liderança nos processos de paz, oferecendo incentivos e penalizações para as partes beligerantes. Foi requerido que o governo sudanês “cooperasse ativamente contra o terrorismo”, enquanto o governo de Cartum respondia positivamente temendo “possível ação retaliatória norte-americana” ou integração internacional (Rogier 2005, 52).

Nesse sentido, Young (2005, 104) observa que “enquanto o engajamento norte-americano no Sudão se intensificava, a participação de países da região, exceto do Quênia, no processo de paz declinava e questões geopolíticas e securitárias mais amplas vinham à tona”. Os EUA influenciaram no processo de paz sudanês através da IGAD e de uma troika de parceiros (Reino Unido, Holanda, Noruega, Itália, etc.). Esses atores negociaram a assinatura do Protocolo Machakos em 2002 e do CPA três anos depois.

Falhas na elaboração e implementação do CPA

Apesar de o CPA ter encerrado a guerra civil do Sudão, o acordo de paz incluía numerosas deficiências (tanto em termos de planejamento quanto de implementação), que contribuíram para o abandono da promessa

de um país unificado. O CPA era prejudicado por duas limitações principais: a estreita abordagem exclusivista do processo de paz; e a falta de credibilidade associada às eleições nacionais realizadas durante o período provisório em abril de 2010.

Em termos de planejamento, o CPA emergiu de uma abordagem exclusivista sobre processos de paz: um acordo bilateral entre duas partes anteriormente beligerantes, sem a participação de outros grupos político-militares e da sociedade civil. Nas palavras de Medani (2012, 288) o CPA foi “um acordo negociado entre elites étnicas e militares, mediado por partes externas, que aceitam uma forma mínima de participação da elite com o objetivo de obter estabilidade política enquanto se evita a oposição por outras forças da sociedade”. As demandas de participação de outras forças políticas – como as Forças de Defesa do Sudão do Sul (SSDF¹⁵), a Aliança Democrática Nacional (NDA¹⁶), o Movimento pela Justiça e Igualdade (JEM¹⁷) – foram rejeitados pela IGAD e outros atores envolvidos em mediar o acordo de paz (Young 2005, 102).

De fato, o CPA instalou uma coalizão governamental entre o SPLA e o Partido do Congresso Nacional (NCP¹⁸) de al-Bashir; criando dois governos em um país; e estabelecendo uma divisão igualitária dos royalties de petróleo entre Cartum e Juba. A falha do SPLA em incorporar as demandas de outros grupos e regiões marginalizados trouxe ameaças à obtenção de paz e estabilidade sustentáveis no Sudão. Deve ser observado que quando o “engarramento de iniciativas de paz” começou, no início dos anos 1990, o conflito no Sudão já havia transcendido a divisão Norte-Sul (como reconhecido na visão do SPLA de um “Novo Sudão”). A erupção do conflito em Darfur em 2003 foi uma tentativa pelos insurgentes do Exército de Libertação do Sudão (SLA¹⁹) de ter suas vozes e queixas ouvidas, como as dos sulistas (Young 2005, 102).

Outra falha, desta vez relacionada à implementação do CPA, com relevância especial para o argumento sendo proposto (as falhas na natureza e execução do CPA contribuíram para a partição do Sudão) foi a falta de credibilidade do processo eleitoral realizado durante o período provisório entre 11 e 15 de abril de 2010. O processo foi marcado por manipulações e fraudes eleitorais desde o princípio (Medani 2012, 288). Tanto o SPLA quanto

15 Sigla do inglês, *South Sudan Defense Force*.

16 Sigla do inglês, *National Democratic Alliance*.

17 Sigla do inglês, *Justice and Equality Movement*.

18 Sigla do inglês, *National Congress Party*.

19 Sigla do inglês, *Sudan Liberation Army*.

o NCP de al-Bashir foram motivados por diferentes objetivos. Após a morte do líder pró-união John Garang em 2005, o SPLA passou a se concentrar em governar o Sul com o objetivo de criar as condições necessárias para um referendo bem-sucedido²⁰. O NCP, por outro lado, focou-se em manter o *status quo* no Norte.

Consequentemente, o SPLA e o regime de al-Bashir forjaram uma parceria estratégica para garantir que seus objetivos fossem atingidos. Isso levou Medani (2012, 289) a observar que “as eleições de abril de 2010 não foram apenas não representativas da sociedade sudanesa; seu propósito último era abrir caminho para o referendo do ano seguinte”. Ao fim, ambos os partidos atingiram seus objetivos: o SPLA venceu as eleições no Sul com 93% dos votos, enquanto o Partido do Congresso Nacional (NCP) de al-Bashir manteve-se no poder no Norte com 68% dos votos, apesar de um boicote de todos os principais partidos de oposição.

Conclusão

O Sudão do Sul conquistou sua independência por meio do fenômeno político da secessão em um ambiente que era particularmente hostil à emergência de novos Estados. Este artigo argumentou que a partição do Sudão foi resultado da combinação de fatores domésticos e externos. Domesticamente, as relações históricas antagônicas entre as partes Norte e Sul do Sudão, assim como as falhas na elaboração e implementação do CPA, desempenharam um

20 John Garang de Mabior liderou o SPLA/M desde sua fundação em 1983 até sua morte precoce em 30 de julho de 2005, na queda de um helicóptero no Sudão do Sul. Ele defendia a ideia da criação de um “Novo Sudão”, uma entidade que “refletiria a diversidade da população e garantiria a todos os grupos acesso igualitário ao poder econômico e político” (Rogier 2005, 18). A visão de um “Novo Sudão” implicava o estabelecimento de um governo secular e representativo dentro das fronteiras de um Sudão unificado. Esse objetivo audacioso não apenas representava uma descontinuidade com a agenda secessionista da maioria das organizações sulistas, mas também requeria a derrubada do governo em Cartum. A visão de Garang do “Novo Sudão” foi bem recebida por outros grupos e regiões marginalizados no Sudão, animando a luta contra o governo em Cartum. Entretanto, ela também enfrentou forte oposição entre nacionalistas sulistas convictos dentro do seu próprio movimento e outras organizações sulistas que advogavam pela separação do Sul. No fim, a visão do “Novo Sudão” parece ter sido refletida no CPA, particularmente em sua provisão sobre a divisão de poder entre o Partido do Congresso Nacional (NCP) de al-Bashir e o SPLM de Garang, com o líder do NCP assumindo a presidência e o do SPLM a vice-presidência do Sudão. Já que Garang era altamente respeitado como comandante militar e líder carismático no Sul e no Sudão como um todo, foi frequentemente especulado que, não fosse sua prematura morte, sua visão de um “Novo Sudão” provavelmente teria influenciado no resultado do referendo.

papel importante. Externamente, o papel de atores estrangeiros na busca pela paz e estabilidade no país, assim como os impactos do 11 de setembro e da guerra ao terror no processo de paz sudanês, contribuíram para a independência do Sudão do Sul em 11 de julho de 2011.

Mesmo assim, a independência do Sudão do Sul não se traduziu em paz e estabilidade para o novo Estado. A trajetória pós-independência do país foi caracterizada por guerras sucessivas. Enfrentamentos militares com o Estado de origem (Sudão) irromperam em março de 2012, como resultado de disputas a respeito da demarcação das fronteiras e a divisão dos lucros da exploração do petróleo. Além disso, o país vive uma guerra civil desde dezembro de 2013. O conflito opõe forças leais ao presidente Salva Kiir e leais ao antigo vice-presidente Riek Machar. Essa situação levou ao aumento do sofrimento de um povo, que, em dado momento, se acreditou ter terminado seu tortuoso caminho rumo à paz.

A secessão bem-sucedida do Sudão do Sul provocou um renovado interesse acadêmico nos movimentos secessionistas latentes e ativos da África. Ficou claro que a secessão do Sudão do Sul não levou a um efeito dominó em movimentos similares no resto do continente. Apesar de haver alguns grupos separatistas operando na África, nenhum movimento parece possuir poder militar suficiente para forçar o governo central a aceitar suas demandas. A situação tende a permanecer inalterada, já que a União Africana não reformou a posição de sua antecessora a respeito do caráter sacrossanto das fronteiras africanas, e a comunidade internacional demonstra uma predileção pelo *status quo* no que se refere à emergência de novos Estados.

REFERÊNCIAS

- Anderson, Glen. 2013. "Secession in International Law and Relations: What Are We Talking About?". *Loyola of Los Angeles International and Comparative Law review*. V.7, n.1. 343-388.
- Ali, Ali. Elbadawi, Ibrahim and El-Batahani, Atta. 2005. "Sudan's Civil War: Why has it prevailed for so long?". Collier, Paul and Sambanis, Nicholas (eds). *Understanding Civil War: Evidence and Analysis*. Washington DC: The World Bank. 193-219.
- Bamfo, Napoleon. 2012. "The Menace of Secession in Africa and Why Governments Should Care: The Disparate Cases of Katanga, Biafra, South Sudan, and Azawad". *Global Journal of Human Social Science Sociology Economics & Political Science*. V.12. n.10. 37-48.

- Christopher, Anthony. 2011. "Secession and South Sudan: an African precedent for the future?". *South African Geographical Journal*. V.93. n.2. 125-132.
- Dersso, Solomon. 2012. "International Law and the Self-Determination of South Sudan". *Institute for Security Studies*. Paper 231.
- Doyle, Don (ed). 2010. *Secession as an International Phenomenon: from America's Civil to Contemporary Separatist Movements*. Georgia: University of Georgia Press.
- Dugard, John. and Raic, David. 2006. "The role of Recognition in the law and practice of secession". Kohen, Marcelo (ed). *Secession: International Law Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press. 94-136.
- Engelbert, Pierre. Tarango, Stacey and Carter, Matthew. 2002. "Dismemberment and Suffocation: A Contribution to the Debate on African Boundaries". *Comparative Political Studies*. V.35. n. 10. 1093-1118.
- Heraclides, Alexis. 1987. "Janus or Sisyphus? The Southern Problem of the Sudan". *The Journal of Modern African Studies*. V.25. n.2. 213-231.
- Herbst, Jeffrey. 1989. "The Creation and Maintenance of National Boundaries in Africa". *International Organization*. V.43. n.4. 673-692.
- Hughes, Arnold. 2004. "Decolonizing Africa: Colonial Boundaries and the Crisis of the (Non) Nation State". *Diplomacy & Statecraft*. V.15. n.4. 833-866.
- Huliaras, Asteris. 2012. "The unanticipated break-up of Sudan: causes and consequences of redrawing international boundaries". *Commonwealth & Comparative Politics*. V.50. n.3. 257-270.
- Johnson, Douglas. 2004. *The Root Causes of Sudan's Civil Wars*. Indiana: Indiana University Press.
- _____. 2012. "Twentieth-Century Civil Wars". Ryle, John. Willis, Justin. Baldo, Suliman. Jok, Jok. (eds). *The Sudan Handbook*. New York: Boydell & Brewer Ltd., 207-222.
- Kohen, Marcelo. 2006. *Secession: International Law Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McNamee, Terrence. 2012. "The first crack in Africa's map? Secession and Self-Determination after South Sudan". The Brentehurst Foundation. Discussion Paper 2012/01.
- Medani, Khalid. 2012. "The Horn of Africa in the shadow of the cold war: understanding the partition of Sudan from a regional perspective". *The Journal of North African Studies*. V.17. n.2. 275-294.

- Mamdani, Mahmood. 2014. "South Sudan: No Power-Sharing Without Reform". <http://www.newvision.co.ug/news/652467-south-sudan-no-power-sharing-without-reform.html>
- Ndulo, Muna. 2013. "Secession bids in Africa are a result of poor governance". <http://www.bdlive.co.za/indepth/AfricanPerspective/2013/01/16/secession-bids-in-africa-are-a-result-of-poor-governance>
- Oromo, Sirisio. 2015. "Sudan's first civil war for self-determination". Breket-eab, Redie (ed). *Self-determination and Secession in Africa: The Post-colonial State*. New York: Routledge. 69-80.
- Pavkovi, Aleksandar and Radan, Peter. (eds) 2011. *The Ashgate Research Companion to Secession*. Farnham: Ashgate Publishing Company.
- _____. 2007. *Creating New States: Theory and Practice of Secession*. Hampshire: Ashgate Publishing Limited.
- Rogier, Emeric. 2005. "No More Hills Ahead? Sudan's Tortuous Ascent to the Heights of Peace". The Hague: Netherlands Institute of International relations.
- Salman, Salman. 2013. "South Sudan Road to Independence: Broken Promises and Lost opportunities". *Global Business & Development Law Journal*. V26. n.1. 343-414.
- Schafer, Leslie. 2007. "Negotiating the North/South conflict: Sudan's Comprehensive Peace Agreement". Pretoria: Institute for Security Studies. Paper 148.
- Sterio, Milena. 2013. *The Right to Self-determination under International Law: "Selfistans", Secession and Great Powers*. New York: Routledge.
- _____. 2009. "On the Right to external Self-determination: "Selfistans", Secession and the Great Powers' Rule". http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1337172.
- Wassara, Sanson. 2015. "Political history of Southern Sudan before Independence of Sudan". Breketeab, Redie. (ed). *Self-determination and Secession in Africa: The Post-colonial State*. New York: Routledge. 53-68.
- Wood, John. 1981. "Secession: A Comparative Analytical framework". *Canadian Journal of Political Science*. V.14. n.1. 107-134.
- Ylonen, Aleksi. 2013. "The State and the Southern problem' in Sudan: Marginalisation, self-determination and secessionism". In.: Ndlovu-Gatsheni, Sabelo and Mhlanga, Brilliant. *The Bondage of Boundaries and identity Politics in Postcolonial Africa: The 'Northern Problem' and Ethno-Futures*, Pretoria: Africa Institute of South Africa. 130-147.
- Young, John. 2005. "Sudan: A Flawed Peace Process Leading to a Flawed Peace". *Review of African Political Economy*. V.32. n.103. 99-113.

RESUMO

Desde o início das independências africanas nos anos 1960, diversos países vivenciaram rebeliões envolvendo grupos etno-linguísticos ou comunidades marginalizadas, que exigem a partição territorial de Estados existentes com o objetivo de constituir nações novas e independentes. Apesar da alta incidência de conflitos secessionistas no continente, apenas dois casos conseguiram com sucesso estabelecer novos Estados na África pós-colonial: Eritreia, em 1993, e Sudão do Sul, em 2011. A fundação do Sudão do Sul ocorreu em um contexto continental e global hostil à emergência de novos Estados. O evento deu início a um intenso debate na literatura a respeito dos fatores que melhor explicam a partição do país. Uma parte da academia sugere que fatores domésticos são cruciais no processo, enquanto outra defende serem fatores externos os decisivos para a separação. Este estudo oferece uma nova perspectiva ao debate argumentando que uma combinação entre fatores domésticos e externos foi decisiva para o sucesso da luta secessionista do Sudão do Sul. O artigo se baseia na análise qualitativa de fontes secundárias e representa uma contribuição única ao debate sobre os determinantes para as secessões bem-sucedidas na África pós-colonial.

PALAVRAS-CHAVE

Secessão; Movimentos Secessionistas; Autodeterminação; Sudão do Sul; África Pós-Colonial.

Recebido em 29 de setembro de 2018.

Aceito em 11 de janeiro de 2019.

Traduzido por Salvatore Gasparini Xerri.